



Município de Leiria  
Câmara Municipal

**Exmo(s). Senhor(es) Gerente(s)**  
**ARQUIJARDIM, S.A.**

**N/ ref.ª: T – 71/2019**

**ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta**

**Ajuste Direto n.º 47/2020/DICP – O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA (código de CPV 71240000 –serviços de arquitetura, engenharia e planeamento)**

**I – ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico [aprovisionamento@cm-leiria.pt](mailto:aprovisionamento@cm-leiria.pt) e plataforma eletrónica com endereço [www.anogov.com](http://www.anogov.com).

**II – DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão foi tomada por despacho do senhor presidente / senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria.

**III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO**

O presente procedimento por ajuste direto, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. Os pedidos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço [www.anogov.com](http://www.anogov.com), no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
2. Os esclarecimentos serão prestados pelo órgão competente através da plataforma eletrónica referida o número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP, uma vez que aquele prazo é inferior a 9 dias.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

**V – PROPOSTA**

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deverá indicar o preço total do serviço, de acordo com o **anexo III, por lote**.
3. O preço deverá ser expresso em euros, em algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 3 casas decimais.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica [www.anogov.com](http://www.anogov.com), contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.



## VI – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, por lote:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

**Proposta base e lista de preços unitários**, de acordo com o **Anexo III (ficheiro em excel anexo)** e que deverá cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP;

2. Poderá ser junto à proposta a **certidão do registo comercial** (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no artigo n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assistente.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## VII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço [www.anogov.com](http://www.anogov.com), até às **23h59 do 7.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 deste ponto.

## VIII - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## IX – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigo 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do 146.º do CCP.
2. A adulteração do anexo III (Proposta e lista de preços unitários, por lote) disponibilizado pela entidade adjudicante poderá constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas os serviços terão em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

## X – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 3 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:

- a) **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **anexo II** do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
- b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Declaração de situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) **Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**, destinado a comprovar que não se encontram em



nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

e) **Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar** (certidão permanente ou documento equivalente);

2. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º372/2017 de 14 de dezembro.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 4.º da Portaria n.º372/2017 de 14 de dezembro.

#### **XI - RETENÇÃO DO VALOR DOS PAGAMENTOS A EFETUAR**

De acordo com o n.º 3 do artigo 88.º do CCP, o Município irá proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

#### **XII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Gestora do processo: HR



Município de Leiria  
Câmara Municipal

---

## **ANEXOS**

---

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base e lista de preços unitários, por lote (ficheiro em excel)

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

<sup>(4)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(5)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**



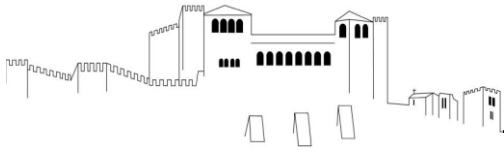
Município de Leiria  
Câmara Municipal

---

---

**ANEXO III**

**Proposta e lista de preços unitários  
[Ficheiro em excel]**



---

**T - 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA  
ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA**

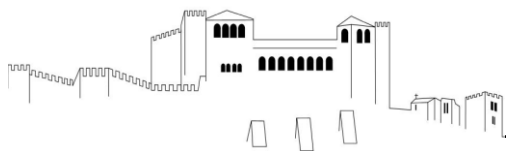
---

**ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS**

**CLÁUSULAS GERAIS**

1. Disposições gerais.
2. Objeto e objetivos do procedimento.
3. Obrigações do adjudicatário.
4. projectos especialidades.
5. Acompanhamento dos estudos e projetos.
6. Alterações exigidas.
7. Assistência técnica ao projecto.
8. Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação.
9. Local e prazos de entrega do projeto.
10. Prorrogação dos prazos contratuais.
11. Penalidades.
12. Rectificação de trabalhos.
13. Resolução do contrato.
14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário.
15. Obrigações do primeiro outorgante.
16. Recursos.
17. Objeto do dever de sigilo.
18. Preço contratual.
19. Condições de pagamento.
20. Seguros.
21. Resolução de litígios.
22. Subcontratação e cessão da posição contratual.
23. Comunicações e notificações.
24. Contagem de prazos.
25. Legislação aplicável.





## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

### CADERNO DE ENCARGOS

#### CLÁUSULAS GERAIS

##### 1. Disposições gerais:

1.1. Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviço:

1.1.1. A prestação de serviço objeto do contrato e todos os atos que ao mesmo digam respeito obedecerão ao programa de procedimento e ao presente caderno de encargos.

##### **Para o seu cumprimento o adjudicatário atenderá:**

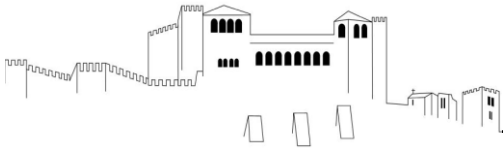
- a) Ao programa de procedimento, caderno de encargos, demais peças escritas e desenhadas, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Câmara Municipal de Leiria e o adjudicatário;
- b) Aos regulamentos dos organismos de classe que regulam o exercício da sua atividade profissional e de todos os indivíduos ao seu serviço, neste projeto, independentemente da sua qualificação e do regime de prestação de serviço;
- c) Às melhores técnicas de execução de cada um dos trabalhos do projeto;
- d) Aos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;
- e) Às conclusões das reuniões de acompanhamento, com os elementos indigitados para o efeito;
- f) Às alterações que venham a ser necessárias e que lhe forem determinadas pela Câmara Municipal de Leiria, mesmo que não sejam explícitas nos termos do concurso e que não adulterem os pressupostos do mesmo. Caso as modificações impliquem a realização de serviços a mais, os seus termos deverão obedecer aos procedimentos legais a esta aplicáveis.

1.1.2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula 1.1.1, consideram-se integrados no contrato o programa de procedimento, o caderno de encargos, a proposta do adjudicatário, bem como o estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante e ou todos os outros documentos que sejam referidos neste caderno de encargos.

1.1.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

1.2. Regras de interpretação dos documentos que regem os trabalhos:



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

- 1.2.1. As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se considerem integrados no contrato, nomeadamente os referidos no número anterior, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
- 1.2.2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1.1.3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, doravante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste diploma legal.

### 2. Objeto e objetivos do procedimento:

- 2.1 O presente procedimento tem como objetivo concretizar a proposta vencedora do orçamento Participativo 2019/2020, através da aquisição de serviços para a elaboração do **“PROJETO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL”**, em Santa Eufémia, Leiria de acordo com o caderno de encargos e constituído pelos seguintes lotes:

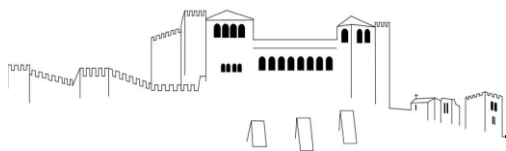
- **LOTE 1:** LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO ESPAÇO OBJECTO DE INTERVENÇÃO
- **LOTE 2:** PROJECTO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL

- 2.2 A intervenção a realizar, tal como apresentada na Proposta 39 do OP 2019/20, tem como objectivo a criação de um espaço de lazer, dotado de várias valências - Parque Infantil; Zona Verde e Zona de Piqueniques - e provido de equipamentos e mobiliário urbano adequado (bancos, mesas, bebedouros, equipamentos para deposição de resíduos indiferenciados e valorizáveis), que possibilitem o seu usufruto por todos os cidadãos/crianças, inclusive, os que apresentem mobilidade condicionada, contemplando, igualmente locais para estacionamento de bicicletas.

3

### 3. Obrigações do adjudicatário:

- 3.1. Serão entregues ao adjudicatário os seguintes elementos relativos às Escolas a intervir:
- Plantas de Localização e Enquadramento no Plano Director Municipal;
  - Elementos relativos ao loteamento 189/2002, onde se localiza a parcela objecto de intervenção.
- 3.2. O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente a parcela objeto da intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no projeto, solicitando à Câmara Municipal de Leiria quando tal se se verificar necessário, sondagens ou levantamentos complementares da situação existente.
- 3.3. Devem os autores dos projetos inteirar-se junto das entidades competentes e comunicar à Câmara Municipal de Leiria, quaisquer condicionalismos que possam dificultar o licenciamento e/ou a aprovação dos projetos.
- 3.4. A Câmara Municipal de Leiria irá promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos, respeitantes ao licenciamento/ aprovação/certificação dos projetos de execução que venham a ser elaborados, junto das entidades competentes, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e organização de todos os exemplares (quantidade e formato exigível) dos processos necessários para o efeito, segundo a legislação e regulamentos em vigor aplicáveis.
- 3.5. O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato, no caderno de encargos e nos estudos subsidiários necessários para um perfeito esclarecimento do projeto na realização do empreendimento.



## **T - 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA**

- 3.6. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Leiria.
- 3.7. Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente de informação errónea fornecida pela Câmara Municipal de Leiria ou do cumprimento de instruções escritas por esta transmitidas e que lhe tenham merecido contestação escrita.

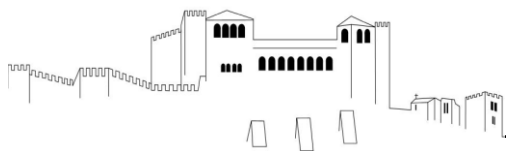
### **4. Trabalhos a Executar**

#### **4.1. LOTE 1: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO ESPAÇO OBJECTO DE INTERVENÇÃO**

- a) O levantamento topográfico deverá ser apresentado à escala 1:200, em planimetria e altimetria (com todos os elementos geográficos e toponímicos existentes distribuídos por níveis de informação normalmente utilizados), e georreferenciados no sistema de coordenadas rectangulares, elipsóide GRS 1980 projecção Transversa Mercator, datum ETRS 89;
- b) O levantamento incluirá, para além dos limites da parcela, uma envolvente que abranja as vias circundantes, a indicação os limites do terreno, a implantação de muros e construções existentes - com informação de cotas altimétricas de coroamento dos muros, cotas de soleira, cêrceas e cumieira - delimitações várias (floreiras, balizas, postes, poços, marcos, eiras, etc.), zonas pavimentadas, cursos e linhas de água, taludes, talvegues, e pontos de cota altimétrica de modo a permitir uma informação total da modelação do terreno.
- c) Serão ainda objecto de levantamento edifícios contíguos, arruamentos, bermas, passeios, tampas e caixas de infraestruturas - água, luz, e esgotos, postes da rede eléctrica e telefónica - sargetas, sumidouros, grelhas, valas, pontos de água, árvores, caldeiras e zonas arbustivas.
- d) O levantamento deverá incluir a triangulação 3d do modelo digital do terreno e fichero de texto com a coordenadas no formato txt (PENZD)

#### **4.2. LOTE 2: PROJECTO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL**

- 4.2.1 Os projetos a apresentar respeitantes ao presente procedimento serão elaborados de acordo com as "Instruções para a elaboração de projetos e obras" aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, bem como de acordo com as condições do caderno de encargos e legislação aplicável em vigor.
- 4.2.2 Os projetos anteriormente referidos, abrangerão os trabalhos a realizar, no âmbito da prestação de serviços objeto do presente procedimento, os quais compreendem a elaboração do Projeto de Arranjos Exteriores e Paisagismo, bem como os projectos complementares, incluindo os termos de responsabilidade, as memórias descritivas e justificativas, cláusulas técnicas gerais e especiais, bem como as respetivas medições detalhadas, orçamento definitivo (por projeto e global), quantidades de trabalho e peças desenhadas, designadamente:
- Coordenação geral de projetos e respetivo Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidade, elaborado nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;
  - Projecto de Arranjos Exteriores e Paisagismo, que inclua:
    - Plano Geral
    - Plano de Pavimentos e inestres de revestimento do solo;
    - Plano de Acessibilidades - nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017 de 4 de outubro, onde se defina o percurso acessível do Espaço, incluindo estacionamento e acesso aos equipamentos.



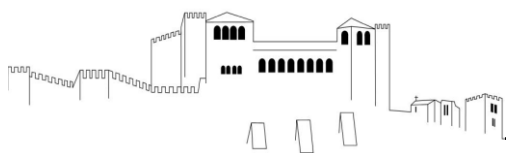
## **T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA**

- Plano de Demolições e Modelação de terreno;
- Plano de plantações e sementeiras de arbustos e herbáceas atendendo de preferência à sua facilidade de manutenção;
- Plano de manutenção das áreas verdes (visando o equilíbrio ecológico sem pesticidas/glifosato, etc. e, de inspeções periódicas;
- Espaço de Jogo e Recreio – prevendo-se a instalação de equipamentos e mobiliário urbano robustos por forma a minimizar eventuais acções de vandalismo e garantindo as especificações técnicas e condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto - Decreto-Lei nº 203/2015, de 17 de Setembro, bem como das normas de segurança aplicáveis NP EN 1176-1, NP EN 1176-2, NP EN 1176-3, NP EN 1176-6, NP EN 1176-7, NP EN 1176-10, EN 1176-11, NP EN 1177, NP 12572 -1, 12572 -2 e 12572 -3);
- Plano de manutenção de todos os equipamentos projetados num único documento e instruções/manuais em português.
- Rede elétrica de iluminação pública, incluindo estudo luminotécnico com sensores de movimento tendo em conta a localização isolada do espaço;
- Rede de água potável e serviço de incêndios;
- Rede de rega, incluindo implementação de sistema de telegestão Smart Cities e proposta alternativa ao abastecimento através da rede pública;
- Projeto da Rede de águas pluviais/residuais, com indicação em planta da respetiva ligação à rede (ou esquema de encaminhamento, para eventual reaproveitamento para lavagens e/ou rega);
  - Sinalética, prevendo-se a integração do sistemas colorADD, se aplicável
  - Condições técnicas especiais de todas as especialidades.
  - Plano de gestão e prevenção de resíduos;
  - Plano de Segurança e Saúde em projeto (P.S.S.) e Compilação Técnica (CT), com indicação do coordenador de Segurança em projeto;
  - Telas finais (conforme previsto em 8.4).

5

Todos os projetos deverão ainda conter:

- Mapas de medições de cada projecto específico;
  - Mapa global de medições de todos os projectos compilado num único documento;
  - Mapa de quantidades de trabalho de cada projecto específico;
  - Mapa global de quantidades de trabalho de todos os projectos compilado num único documento
  - Mapa de orçamento de cada projecto específico;
  - Mapa global de orçamento de todos os projectos, compilado num único documento;
  - Mapa resumo do orçamento;
  - Termos de responsabilidade, memórias descritivas e justificativas de todos os projetos, cálculos justificativos, cadernos de encargos de todas as especialidades, cláusulas técnicas e especiais;
  - Caderno de Encargos dos materiais a empregar e do modo de execução dos trabalhos, incluindo os trabalhos relacionados com os melhoramentos no edifício existente e exterior;
- 4.2.3. Todas as peças do projeto deverão estar devidamente assinadas pelos seus autores e acompanhadas dos respetivos termos de responsabilidade previstos na legislação aplicável.
- 4.2.4. O adjudicatário obriga-se a alterar ou completar o projeto de acordo com nova legislação que venha a ser publicada ou que entre em vigor no prazo de elaboração do projeto, bem como com as exigências previstas nos pareceres vinculativos das entidades envolvidas.



## **T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA**

4.2.5. Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a obtenção dos cadastros das restantes infraestruturas, junto das entidades competentes, bem como a validação e confirmação dos cadastros disponibilizados, até à fase do projeto de execução.

4.2.6. FASES DE PROJECTO

O Projecto de Arranjos Exteriores e Paisagismo será desenvolvido de acordo com as seguintes fases

### **1ª FASE – ESTUDO PRÉVIO**

A Fase de Estudo Prévio deverá conter uma proposta geral de intervenção que vise a opção pelas soluções que melhor se adequem face ao espaço disponível e sua adaptação às funções pretendidas.

### **2ª FASE – ANTE-PROJECTO | LICENCIAMENTO**

A fase de Ante-projecto reflectirá a revisão do Estudo Prévio, segundo indicações da Câmara Municipal, com inclusão dos elementos referentes às áreas de engenharia, nos termos previstos na Portaria n.º 701-H/ 2008, de 29 de Julho.

Para efeitos de Licenciamento, a documentação deverá conter todos os elementos necessários a apresentar às entidades competentes nos moldes em que estas o exijam, sendo o adjudicatário responsável pelo acompanhamento dos projectos nas entidades licenciadoras.

### **3ª FASE – PROJECTO DE EXECUÇÃO**

A fase de Projecto de Execução facultará, nos termos previstos Portaria n.º 701-H/ 2008, de 29 de Julho, todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos a executar, nomeadamente:

- a) Modelação geral/perfis do existente e proposto/cotagens;
- b) Mapa de acabamentos;
- c) Planta(s) com indicação dos pormenores e estereotomia de pavimentos;
- d) Layouts de equipamentos;
- e) Cortes construtivos, a escala adequada, esclarecendo as soluções construtivas adotadas nomeadamente/pormenorização;
- f) Pormenorização a escala adequada, caso seja aplicável, de carpintarias, serralharias, cantarias, proteção solar, etc.;
- g) Outros elementos que se considerem necessários para a boa compreensão do projeto.

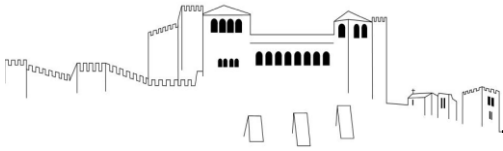
6

Nesta fase inclui-se também a elaboração das bases do Plano de Conservação e Manutenção do Espaço.

As estimativas de custos serão devidamente detalhadas e fundamentadas, devendo permitir a obtenção de um orçamento que se situe num intervalo máximo de desvio relativamente à estimativa orçamental aprovada, de 2,5%.

## **5 Acompanhamento dos estudos e projetos:**

- 5.1 Os Técnicos indicados pela Câmara Municipal de Leiria acompanharão todo o desenvolvimento do projeto, desde o início do contrato até à sua conclusão.
- 5.2 Incumbirá, ainda, ao adjudicatário participar em reuniões de trabalho, na Câmara Municipal de Leiria ou em outro local/entidade a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, a realizar por iniciativa do primeiro outorgante ou do coordenador do projeto com a



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

concordância da Câmara Municipal de Leiria, desde o estabelecimento das bases programáticas ou de outras diretivas necessárias à satisfação do contrato até à receção provisória do empreendimento. Compete também ao coordenador, apresentar sugestões tendo em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.

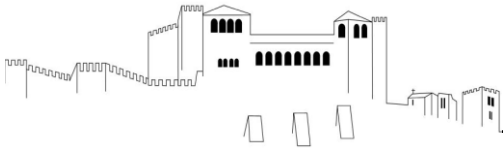
- 5.3 Nas reuniões referidas no ponto anterior e conforme a natureza dos trabalhos, participarão todos ou parte dos componentes da equipa projetista, mas sempre o coordenador ou um seu delegado, bem como os representantes da Câmara Municipal de Leiria.
- 5.4 Do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado um relatório/ata pelo coordenador do projeto, que o apresentará devidamente assinado ao representante do que é o 1º outorgante, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião a que diga respeito, para que todos os intervenientes o possam analisar antes da reunião seguinte.

### 6. Alterações exigidas:

- 6.1 O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações necessárias aos programas de trabalho e estudos parcelares decididos pela Câmara Municipal de Leiria.
- 6.2 As alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário serão pagos de forma a acordar antes da sua realização, nos termos legais aplicáveis.
- 6.3 O prazo para introdução de alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário, será acordado pelas partes outorgantes.

### 7. Assistência técnica:

- 7.1 Durante os períodos de planeamento e de execução da obra, o adjudicatário obriga-se a responder pela assistência técnica ao projeto, nos termos do artigo 9º da Portaria 701-H/ 2008 de 29 de Julho, designadamente, assegurar a correcta execução da obra, a conformidade da obra com o presente Caderno de Encargos e o cumprimento das normais legais e regulamentares em vigor, podendo delegá-la num técnico de reconhecida competência em trabalhos similares, aceite pela Câmara Municipal de Leiria.
- 7.2 Ao adjudicatário não competirá a direção técnica, administrativa ou fiscalização da obra, sem prejuízo da assistência técnica que lhe incumbe e na medida em que a mesma lhe seja requerida, nomeadamente no respeitante:
- Ao esclarecimento de dúvidas de interpretação e à prestação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões dos projetos;
  - À apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelos fornecedores ou empreiteiros da obra;
  - À assistência da entidade encarregada da fiscalização da obra, na verificação da qualidade dos materiais, da execução dos trabalhos e do fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações e elaboração dos respetivos pareceres;
  - Durante a fase de execução da empreitada, o adjudicatário obriga-se a acompanhar e a prestar a assistência técnica com uma periodicidade semanal, e sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o justificar.



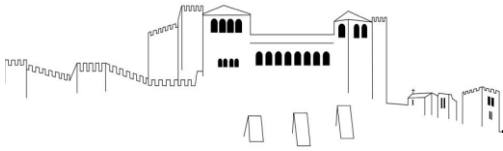
## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

### 8. Exemplos a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação:

- 8.1 Da presente prestação de serviço, serão fornecidos à Câmara Municipal de Leiria 1:
- 8.1.1 **LOTE 1:** Levantamento Topográfico conforme descrito em 4.1 – 1 cópia em papel e digital (pdf e dwg)
- 8.1.2 **LOTE 2:** PROJECTO DE ARRANJOS EXTERIORES – 1 (uma) cópia do **Estudo Prévio** e **Anteprojecto** (caso existam no ponto 9) e 3 (três) exemplares completos do **Projeto de Execução** (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes) em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa projetista e pelos autores dos projetos setoriais, possuindo um dos exemplares a aposição de "ORIGINAL" em todas peças escritas e desenhadas. Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das:
- a) PEÇAS ESCRITAS, apresentadas em Word 2007 e/ou Excel 2007 , consoantes os casos (versão EDITÁVEL) e PDF (versão NÃO EDITÁVEL);
- b) PEÇAS GRAFICAS, apresentadas em AutoCad 2010 ou versão compatível, em formato EDITÁVEL em DWG – e NÃO EDITÁVEL, em DWF e PDF;
- c) Todos os ficheiros devem ser nomeados com o máximo de 15 caracteres, sem espaços, cedilhas e acentos;
- d) O MQT (mapa de quantidades de trabalhos) deve apresentar-se numerado, sequencialmente, em todos os capítulos, artigos e subartigos, de forma crescente.
- e) Em sede de entrega das diversas fases de projeto será fornecido um Power Point para apresentação síntese do projeto, de apoio à decisão.
- 8.2 Os exemplares de todos os projetos adjudicados serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas, por pasta informática individualizada (numerada) e constituída por sub pastas que contenham as peças em formato "EDITAVEL" e "NAO EDITAVEL" (PECAS ESCRITAS e PECAS GRAFICAS), sendo que para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.
- 8.3 Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.
- 8.4 Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, e em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas, conforme o definido em 8.1.

### 9. Local e prazos de entrega dos projetos:

- 9.1 Os estudos e projetos a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão ser entregues no Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, até ao termo do prazo referido no número seguinte, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula 11.
- 9.2 LOTE 1: Entrega do levantamento topográfico do espaço objecto de intervenção – 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato;



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

### LOTE 2: PROJECTO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL

- a) 1ª FASE – Entrega da fase Estudo prévio do Projecto de Arranjos Exteriores - 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato;
- b) 2ª FASE – Entrega da fase de Anteprojecto | Licenciamento - 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato;
- c) 3ª FASE – Entrega do Projecto de Execução – 30 (trinta) dias a contar da data de aprovação do Anteprojecto por parte da Câmara Municipal de Leiria;

9.3 O prazo global é de **15 (quinze) dias para o LOTE 1** e **90 (noventa) dias para o LOTE 2** e começa a contar a partir da data de assinatura do contrato da presente prestação de serviços, sendo interrompido com a entrega das 1ª e 2ª Fases e reiniciado após comunicação para o efeito por parte da Câmara Municipal de Leiria.

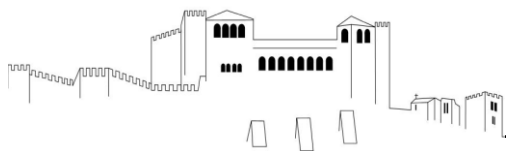
### 10. Prorrogação dos prazos contratuais:

- 10.1 Será motivo de prorrogação dos prazos contratuais a existência de trabalhos além dos previstos no contrato.
- 10.2 Sempre que seja indispensável introduzir alterações a estudos ou fases do projeto já aprovadas, por razões não imputáveis ao adjudicatário, as datas previstas para ultimate das fases subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, por um número de dias igual aos concedidos ao adjudicatário para executar as alterações determinadas.
- 10.3 Em qualquer dos casos referidos, a prorrogação do prazo será sempre objeto de acordo prévio entre as duas partes contratuais e deverá ser solicitada, por escrito, pelo adjudicatário, com justificação adequada.

### 11. Penalidades:

- 11.1 O não cumprimento dos prazos contratados, e desde que os atrasos não resultem de motivos de força maior ou outros devidamente justificados e alheios ao adjudicatário e como tal aceites pela Câmara Municipal de Leiria, implicará, cumulativamente, a aplicação das seguintes multas, a descontar no primeiro pagamento seguinte de honorários:
  - a) 1 (um) por mil da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projeto, por cada período correspondente a um décimo do prazo da fase respetiva;
  - b) 3 (três) por mil da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projeto, por cada período subsequente de igual duração ao estabelecido na alínea anterior.
- 11.2 As importâncias devidas pelo adjudicatário como resultado da aplicação das penalidades referidas anteriormente são, desde logo, deduzidas nos honorários devidos pela Câmara Municipal de Leiria.
- 11.3 Se o total das penalidades exceder o valor dos honorários a receber, nessa fase ou nas fases seguintes, são acionados os mecanismos legais para a cobrança, reservando-se a Câmara Municipal de Leiria o direito de exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do não cumprimento pelo adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.
- 11.4 Por requerimento devidamente fundamentado do adjudicatário, poderá não ser aplicada as penalidades previstas, se o atraso resultar de caso fortuito ou de motivo de força maior devidamente reconhecidos pela Câmara Municipal de Leiria.





## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

- 11.5 No requerimento referido no número anterior, o adjudicatário indica o prazo para o cumprimento da obrigação em falta.
- 11.6 Independentemente da aplicação das penalidades previstas, a Câmara Municipal de Leiria poderá exigir do adjudicatário o pagamento de indemnização complementar, no montante de 50% do valor adjudicado, pelas perdas e danos causados pelo não cumprimento das suas obrigações, por facto que lhe seja imputável.
- 11.7 Pelos encargos suportados pela Câmara Municipal de Leiria resultantes de erros e omissões do projeto que decorram de obrigações de conceção, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, ouvido o adjudicatário e aceites pelo dono da obra, no que o seu valor ultrapasse cinco por cento do valor de adjudicação da obra nova ou no caso de remodelação ou adaptação, será o adjudicatário responsabilizado até ao limite do triplo dos honorários a que tenha direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.
- 11.8 O disposto no parágrafo anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei, dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

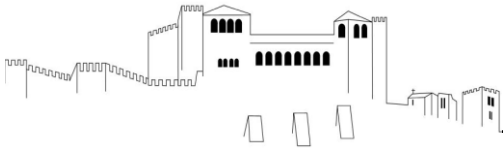
### 12. Rectificação de trabalhos:

- 12.1 Assiste à Câmara Municipal de Leiria o direito de exigir ao adjudicatário a eliminação de erros e omissões dos estudos e projetos da sua responsabilidade, quer durante a elaboração dos mesmos, quer durante a execução da obra.
- 12.2 Poderá a Câmara Municipal de Leiria, em face de circunstâncias excecionais, mandar suspender qualquer fase dos estudos em curso, pelo não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que se integrem no âmbito do presente caderno de encargos.
- 12.3 Nas circunstâncias, referidas no nº anterior, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

### 13. Resolução do contrato:

Poderá haver resolução do presente contrato nos seguintes casos:

- a) Por iniciativa da Câmara Municipal de Leiria, quando o prazo para entrega de qualquer uma das fases for excedido para além de trinta dias, por motivos exclusivamente imputáveis ao Adjudicatário. Não haverá, neste caso, direito a qualquer indemnização a favor do adjudicatário;
- b) Por iniciativa e conveniência da Câmara Municipal de Leiria, em qualquer momento, quando se verificar fundamentadamente e após notificado o adjudicatário para que se pronuncie, que a atuação deste não satisfaça ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo, neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações;
- c) Por iniciativa e conveniência da Câmara Municipal de Leiria, após a entrega de qualquer uma das fases do projecto, tendo neste caso, o adjudicatário direito a uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada, que, em nenhum caso, excederá 1/4 da fração dos honorários correspondentes à fase em elaboração;



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

- d) Por iniciativa do adjudicatário quando, por razões que não lhe sejam imputáveis, não se verifique a aprovação de uma fase dos estudos da qual depende o pagamento de uma das frações de honorários, dentro de um prazo duplo do da entrega dessa fase, ou de noventa dias se aquele for inferior a este.

### 14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário:

14.1 O valor dos honorários de projeto, serão os correspondentes ao valor da proposta adjudicada, nos termos previstos no n.º seguinte.

14.2 Os pagamentos dos honorários serão faseados de acordo com a seguinte distribuição:

#### LOTE 1

- 1ª Fracção – Com a entrega do Levantamento topográfico – 80% do valor da adjudicação;
- 2ª Fracção – Com a validação do Levantamento topográfico – 20% do valor da adjudicação;

#### LOTE 2

- 1ª Fracção – Entrega do Estudo Prévio – 15% do valor da adjudicação;
- 2ª Fracção – Aprovação do Estudo Prévio – 10% do valor da adjudicação;;
- 3ª Fracção – Entrega do Anteprojecto/Projecto Base Arquitetura – 20% do valor da adjudicação;
- 4ª Fracção – Aprovação do Anteprojecto/Projecto Base Arquitetura e especialidades, após aprovação das entidades envolvidas no licenciamento – 10% do valor da adjudicação;
- 5ª Fracção – Entrega do Projecto de Execução de arquitetura e especialidades– 20% do valor da adjudicação.
- 6ª Fracção – Aprovação do Projecto de Execução – 10% do valor da adjudicação.
- 7ª Assistência técnica – 15% do valor da adjudicação, sendo que 1/3 deste valor está dependente da entrega e validação das telas finais, de acordo com o ponto 8.4.

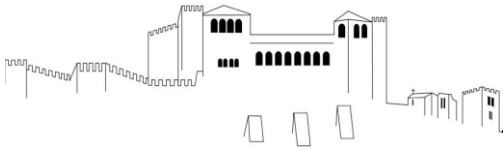
14.3 Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Leiria, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP

14.4 A Câmara Municipal de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos, por motivos e factos alheios a esta autarquia, pelo que a fração correspondente ao pagamentos dos honorários relativa ao acompanhamento e à assistência técnica não serão devidos ao adjudicatário, o qual renuncia a esta fração a foro especial, bem como renúncia ao direito de qualquer tipo de indemnização por outros encargos em que possa incorrer.

14.5 Caso a Câmara Municipal de Leiria não inicie a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos dentro do prazo de 360 dias a partir da data de aprovação dos projectos de execução, a Câmara Municipal de Leiria comunicará ao adjudicatário a sua autorização para libertação da caução referida no programa de procedimento.

14.6 O prazo de pagamento das faturas respeitantes a cada uma das fases acima identificadas será de 60 (sessenta) dias e processada após a entrega e aprovação das fases do projeto apresentadas.

14.7 Em caso de uma decisão de extinção do contrato, uma vez aprovada uma fase de projeto e iniciada uma



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.

- 14.8 Os honorários de projeto, correspondentes à assistência técnica, serão pagos em prestações trimestrais durante o decorrer da empreitada em proporção ao valor dos trabalhos à data efetuados, ou, no final desta, após entrega e validação das devidas Telas Finais.
- 14.9 A não comparência às reuniões periódicas a efetuar durante a fase de acompanhamento e assistência técnica, confere o direito à Câmara Municipal de Leiria de não liquidar os honorários correspondentes aos meses em que a respetiva falta ou faltas se verificarem.

### 15. Obrigações do primeiro outorgante:

A Câmara Municipal de Leiria obriga-se a apoiar, se solicitada nesse sentido, a intervenção do adjudicatário junto das entidades oficiais, onde seja necessário obter quaisquer elementos indispensáveis ao projeto e, se necessário, credenciá-los para a realização de quaisquer diligências perante essas entidades.

### 16. Recursos:

Das penalidades impostas nos termos deste caderno de encargos, poderá o adjudicatário recorrer para o Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

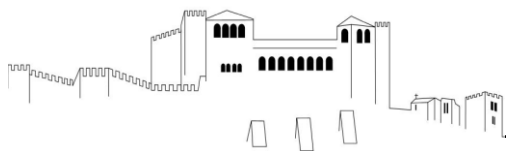
### 17. Objeto do dever de sigilo:

- 17.1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 17.2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 17.3 Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula, a informação e a documentação que for, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### 18. Preço contratual:

18.1 Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos e programa de procedimento, o Município de Leiria deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que terá que ser inferior ao preço máximo fixado no presente procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo que o valor base de cada um dos lotes é o seguinte:

- **LOTE 1:** LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO ESPAÇO OBJECTO DE INTERVENÇÃO - **€1.100,00 + IVA** (mil e cem euros, acrescido de IVA à taxa legal).



## T – 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA

- **LOTE 2:** PROJECTO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL - **€6.500,00 + IVA** (seis mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal).

### 19. Condições de pagamento:

- 19.1 As condições de pagamento estão referidas no presente caderno de encargos. As faturas deverão ser enviadas para a Câmara Municipal de Leiria – Secção de Apoio Administrativo à Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, com a indicação do respetivo processo e número de compromisso, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.
- 19.2 Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço efetuado.
- 19.3 Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços prestados.
- 19.4 Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Leiria, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 19.5 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no Ponto 19.1, os pagamentos são efetuados preferencialmente, através de transferência bancária.

### 20. Seguros:

- 20.1 São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, a relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, nos termos da declaração a entregar, bem como a relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 20.2 A Câmara Municipal de Leiria pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.

1  
3

### 21. Resolução de litígios:

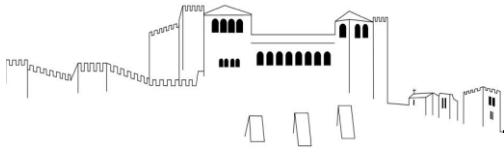
- 21.1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

### 22. Subcontratação e cessão da posição contratual:

- 22.1 A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

### 23. Comunicações e notificações:

- 23.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes outorgantes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



---

**T - 71/2019 | O.P. 19/20 - P39-PROJETO DE EXECUÇÃO PARA ESPAÇO DE LAZER INTERGERACIONAL, SANTA EUFÉMIA - LEIRIA**

---

23.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**24. Contagem de prazos:**

24.1 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**25. Legislação aplicável:**

25.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,